



BELO HORIZONTE-MG
Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.	1
Gêneros e tipos de textos.....	2
Variação linguística: diversidade de usos da língua.	3
Discursos direto, indireto e indireto livre.	4
Coerência e coesão textuais.	8
Estratégias argumentativas.	10
Processos de formação de palavras.	20
Exercícios	21
Gabarito.....	29

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E MATEMÁTICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos.	1
equivalência.....	2
implicação lógica	9
argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.	12
Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de u conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União.	22
Números decimais.....	26
Valor absoluto.....	28
Propriedades no conjunto dos números naturais.	28
Geometria Plana e Espacial.	33
Verdades e Mentiras: resolução de problemas. Sequências (com números, com figuras, de palavras).	40
Análise combinatória e probabilidade.....	42
Problemas envolvendo raciocínio lógico.	48
Exercícios	48
Gabarito.....	53

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

BRASIL E O MUNDO: Cultura Geral: Fatos Históricos, Políticos, Geográficos, Econômicos, Sociais e Estatísticos ocorridos nos anos de 2017 a 2022, divulgados na mídia nacional e internacional	1
---	---

SUMÁRIO



Conhecimentos Gerais e Atualidades dos aspectos: ecológicos	30
Sustentabilidade	31
Meio ambiente	45
Saúde	50
Qualidade de vida.....	53
Georreferenciamento.....	54
Inovações tecnológicas e científicas	56
Saneamento básico.....	56
Gestão de resíduos sólidos	61
Noções de direitos constitucionais: Direitos e Garantias Fundamentais.....	64
Organização do Estado	81
Administração Pública	94
Poderes Administrativos	104
Liberdade econômica	107
Relações de consumo	110
Função social da propriedade	111
Planejamento participativo	112
Conferências de política urbana.....	112
Estatuto da Cidade e urbanismo	112
HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE: Formação da Cidade de Belo Horizonte: Aspectos Históricos e Formação Administrativa	113
Descrição, Cultura, Arte e Patrimônio Cultural e Tombamentos.....	197
Mapas de Belo Horizonte	199
Geografia econômica e demográfica de Belo Horizonte	201
GEOGRAFIA URBANA: Características físicas e espaciais: dimensão territorial, a topografia e suas restrições e influências. A expansão da cidade. Municípios limítrofes e conurbação.	
Administração Regional: divisão territorial em regionais.....	202
Plano Diretor: características gerais, diretrizes norteadoras.....	204
Enchentes: principais áreas de inundações; causas e consequências. Áreas de risco geológico e medidas de prevenção	325
Exercícios	333
Gabarito.....	345

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de direitos constitucionais: Direitos e Garantias Fundamentais	1
Organização do Estado	18
Administração Pública	31
Poderes Administrativos	41
Procedimento Administrativo	44
Código Civil Brasileiro	54
Código Penal	123
Estatuto da Cidade	133
Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa.....	147
Liberdade Econômica.....	203
Improbidade Administrativa	217
Exercícios	232
Gabarito.....	241

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Do Servidor Público Municipal.....	1
Do poder de polícia administrativa do Município e das atribuições da Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental nos enfoques preventivo, educativo, fiscalizador e repressivo nas áreas de atividades em vias urbanas, controle ambiental, limpeza urbana, obras e posturas	6
Da legislação urbanística, ambiental e de limpeza urbana do município de Belo Horizonte	21
Da análise de casos problema, elaboração de relatórios e pareceres em relação aos conteúdos tratados neste Edital	22
Exercícios	23
Gabarito	24

SUMÁRIO



DEFINIÇÃO GERAL

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito tamb



RACIOCÍNIO LÓGICO É O MODO DE PENSAMENTO QUE ELENCA HIPÓTESES, A PARTIR DELAS, É POSSÍVEL RELACIONAR RESULTADOS, OBTER CONCLUSÕES E, POR FIM, CHEGAR A UM RESULTADO FINAL.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, \dots)

Seja a proposição p : Carlos é professor

Uma outra proposição q : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

\vee : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor



A importância do estudo de atualidades

BRASIL

Após meses de impasse, Marinha afunda o porta-aviões São Paulo no Oceano Atlântico

Em nota, a força naval declarou que procedimento foi feito com segurança e competência técnica, no final da tarde desta sexta-feira (3)

A Marinha do Brasil afundou no final da tarde desta sexta-feira (3) o porta-aviões São Paulo, que estava desativado e navegando há meses no mar após ser proibido de entrar no Brasil e no exterior.

Ainda nesta sexta, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) liberou que a Marinha afundasse a embarcação, rejeitando um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que via grave risco ambiental na decisão.

“O procedimento foi conduzido com as necessárias competências técnica e segurança pela Marinha do Brasil, a fim de evitar prejuízos de ordem logística, operacional, ambiental e econômica ao Estado brasileiro», afirma a força naval, por meio de nota.

Três buracos no casco do navio fizeram com que o porta-aviões se enchesse de água, o que tornou o afundamento inevitável, segundo uma inspeção realizada pela Marinha. De acordo com o documento, se nada fosse feito, o porta-aviões iria afundar de forma descontrolada até meados de fevereiro.

Na nota divulgada pela Marinha do Brasil, há a confirmação de que o antigo porta-aviões São Paulo foi naufragado em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), a 350 quilômetros costa brasileira e com profundidade aproximada de 5 mil metros. O local fica próximo ao Estado de Pernambuco, no Nordeste

O documento diz ainda que a área “foi selecionada com base em estudos conduzidos pelo Centro de Hidrografia da Marinha e Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira”.

“As análises consideraram aspectos relativos à segurança da navegação e ao meio ambiente, com especial atenção para a mitigação de impactos à saúde pública, atividades de pesca e ecossistemas”, diz o texto da Marinha.

O navio-aeródromo (NAe) São Paulo (A-12) era um porta-aviões da classe Clemenceau, que esteve a serviço da Marinha do Brasil entre os anos 2000 e 2014, tendo sido descomissionado em 2020 e seu casco leiloadado em 2021.

A embarcação então deixou o Rio de Janeiro em 4 de agosto de 2022 com destino à Turquia, onde seria desmanchada. Quando chegava no Estreito de Gibraltar – entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo – o país cancelou a autorização para que ela atracasse, por considerar risco ambiental. Sem conseguir atracá-la para desmanche-verde (ecologicamente correto) em outro país, a transportadora do porta-aviões, que já havia se queixado do prejuízo causado pela disputa jurídica em torno da embarcação, anunciou no dia 11 de janeiro deste ano que abandonaria o casco do navio no mar, caso a Marinha não se dispusesse a assumi-lo. Em 20 de janeiro a Marinha reassumiu o navio.

Risco de dano ambiental

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) avaliou que o afundamento do navio pode provocar os seguintes danos ambientais:

A liberação de materiais poluentes contidos na estrutura pode causar distúrbio na capacidade filtrante e dificuldade de crescimento em organismos aquáticos;

O impacto físico sobre o fundo do oceano pode provocar a morte de espécies e a deterioração de ecossistemas;

Emissão de gases (CFCs e HCFCs) usados no isolamento de salas contribuem, a partir da corrosão das paredes, para a degradação da camada de ozônio;



Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

• Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

• Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

• Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preserva



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG.

Nós, representantes do povo de Belo Horizonte, investidos pela Constituição da República na atribuição de elaborar a lei basilar da ordem municipal autônoma e democrática, que, fundada no império de justiça social e na participação direta da sociedade civil, instrumentalize a descentralização e a desconcentração do poder político, como forma de assegurar ao cidadão o controle do seu exercício, o acesso de todos à cidadania plena e a convivência em uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Lei Orgânica:

CAPÍTULO V DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 44 A atividade administrativa permanente é exercida:

I - em qualquer dos Poderes do Município, nas autarquias e nas fundações públicas, por servidor público, ocupante de cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública;

II - nas sociedades de economia mista, nas empresas públicas e nas demais entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Município, por empregado público, ocupante de emprego público ou função de confiança.

Art. 45 Os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

§ 1º A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 2º O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

§ 3º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público será convocado, observada a ordem de classificação, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego na carreira.

§ 4º A inobservância do disposto nos parágrafos anteriores implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 5º Ao servidor público municipal são garantidos, nos concursos públicos, cinco por cento da pontuação total dos títulos, por ano de serviço prestado, mediante subordinação, à administração pública do Município, até o máximo de trinta por cento.

Art. 46 A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

§ 1º O disposto no artigo não se aplica a funções de magistério.

§ 2º É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma autorizada no artigo, bem como sua recontração, sob pena de nulidade do contrato e responsabilização administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 47 Serão exercidos por servidores ou empregados públicos municipais os cargos em comissão e as funções de confiança da administração direta, inferiores, no Poder Executivo, ao terceiro nível hierárquico da estrutura organizacional e, no Poder Legislativo, ao primeiro nível.

Parágrafo Único - Excetua-se do disposto no artigo os cargos e funções de assessoria, apoio e execução estabelecidos em lei.

Art. 48 Na administração indireta, os cargos ou empregos de provimento em comissão e as funções de confiança, inferiores ao primeiro nível hierárquico da estrutura organizacional, e metade dos cargos e funções da administração superior serão exercidos por servidores ou empregados de carreira da respectiva entidade.

Art. 49 A revisão geral da remuneração do servidor público, sob um índice único, far-se-á sempre no mês que